

A humanidade inglesa possuía paradoxos? Edward Long e a vindicação de império (1778)

Did English humanity possess paradoxes? Edward Long and the vindication of empire (1778)

Gino de Castro Pinori

Mestrando em História

Universidade de Brasília (UnB)

emersons933@gmail.com

Recebido em: 21/10/21

Aprovado em: 31/12/21

Resumo: este artigo trata da vindicação da ideia de império inglês em *English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages*, panfleto escrito por Edward Long e publicado por Thomas Lawndes no ano de 1778. Argumento que o panfleto, pouco explorado pela historiografia, para além de uma resposta aos *philosophes* franceses Jean-Jacques Rousseau e François Marie Arouet, também teve como propósito a defesa e exaltação da ideia de império inglês, assim como o resgate de discussões muito caras a Long, dentre elas a hierarquia de raças humanas e a competição imperial entre França e Inglaterra.

Palavras-chave: Edward Long; Império Inglês;

Abstract: this article deals with the vindication of the idea of English empire in *English Humanity No Paradox, or, An Attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages*, a pamphlet written by Edward Long and published by Thomas Lawndes in the year 1778. I argue that the pamphlet, little explored by historiography, in addition to a response to the French *philosophes* Jean-Jacques Rousseau and François Marie Arouet, also had as its purpose the defense and exaltation of the idea of English empire, as well as the rescue of very esteemed discussions to Long, among them the hierarchy of human races and the imperial competition between France and England.

Keywords: Edward Long; English Empire;

Introdução ao problema

Edward Long, embora seja mais conhecido pela historiografia em virtude de sua monumental história da Jamaica, dividida em três volumes publicados em 1774, também escreveu sátiras e panfletos ao longo de sua estadia na ilha caribenha e após seu retorno à Inglaterra. Dentre essas produções, pouco analisadas pelos historiadores, muito interessados em exumar as afirmações de Long acerca da humanidade incompleta dos escravizados africanos, se encontra um breve e instigante panfleto publicado em 1778, *English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages* (LONG, 1788). Nessas pouco mais de setenta páginas, Long contra-argumentou afirmações de Rousseau e Voltaire, que, no decorrer de alguns de seus escritos, associaram a Inglaterra à selvageria. Mas, para além de defender a humanidade de seus compatriotas, pretendo argumentar, no decorrer do presente artigo, que Long também buscou vindicar a ideia de império britânico, ao estabelecer sua superioridade perante todas as outras nações, em especial sua maior concorrente, a França.

Dois historiadores norte-americanos se destacam na leitura dos escritos de Long como falas direcionadas às ideias de império: Elsa Gouveia e Trevor Burnard. Gouveia, no ano de 1956, publicou uma síntese da historiografia das Índias Ocidentais, *A Study on the historiography of the British West Indies to the end of the nineteenth century*. Gouveia limitou-se aos arquivos das universidades estadunidenses da década de 50, e manteve sua análise em *History of Jamaica* (1774). Dessa leitura, descreveu Long enquanto alguém com maior experiência de mundo em relação aos habitantes da Jamaica, e, conseqüentemente, com consciência mais elevada. Isso explicaria o tom mais crítico encontrado em *History*, e serviria de fundamento para sua explicação da visão anti-imperialista de Long. Por ser “um *whig* convicto”, Long não confiava no poder executivo do governo. Logo, como o governo era imperial, o próprio império não seria digno de confiança (GOUVEIA, 1980, p.56).

Burnard, que publicou em 2020 um livro dedicado a tratar da Jamaica na assim chamada “Era das Revoluções”, discorda. Dedicou um capítulo inteiro de *Jamaica in the Age of Revolution* a explicar como Long percebia o império britânico em sua perspectiva caribenha. Identificou, em *The History of Jamaica*, não apenas a tentativa de narrar a história da ilha ou negar a humanidade de escravizados, mas uma extensa crítica do estado do Império Britânico por meio de acontecimentos locais. Long, para Burnard, teria encontrado sua motivação na obsessão em “emular o sucesso da colonização francesa em Saint-Domingue” e garantir que a colônia jamaicana alcançasse seu potencial total. Long seria parte de uma Grã-Bretanha que “via a si própria como a nova Roma, e, como sua famosa predecessora, imaginou seu controle estendido ao redor do mundo” (BURNARD, 2020, p.48)¹. Se Gouveia não tratou de *English Humanity No Paradox* por prováveis questões de acesso, Burnard justificou sua limitação a *History* por ver no panfleto “uma *curiosa e ligeiramente estranha* exposição em 1778 que tentou defender os ingleses da zombaria feita por Voltaire e Rousseau, que afirmavam que os ingleses eram selvagens” (BURNARD, 2020, p.47)².

Assim, da historiografia conhecida, a presença do panfleto de 1778 em seu *corpus documental* é mínima, e compreendida ou como apenas mais uma produção de Long ou pelos moldes de Burnard. Tal como exposto anteriormente, o presente artigo trata *English Humanity No Paradox* como uma vindicação de império arguida por meio de dois pontos centrais: a discussão sobre educação, dedicada à Voltaire, e o debate entre hábitos selvagens e “cultura humana”, realizado em resposta a Rousseau. Tal possibilidade de leitura se torna possível, em primeira instância, ao lembrarmos o que era, para os ingleses e seus colonos do século XVIII, um panfleto.

De modo simples, um panfleto nada mais era que livretos formados por folhas impressas e dobradas de vários modos que permitiam tamanhos e número de páginas diferenciadas. George Orwell definiu o panfleto como “uma manifestação única”, e afirmou que “tudo que se exige dele é

¹ Tradução própria de “(...) was failing to emulate the success of French colonization in Saint-Domingue” e “Britain saw itself as the new Rome and like its famous predecessor imagined its rule extending throughout the world”.

² Tradução própria de: “a curious and slightly strange exposition in 1778 attempting to defend the English from the jibes of Voltaire and Rousseau that the English were a savage people”.

que seja tópico, polêmico e curto”. Esse tipo de manifestação era comum porque a população europeia não era composta por uma alta taxa de pessoas alfabetizadas, então os capazes de ler realizavam a leitura desses panfletos e outros documentos perante o público” (ORWELL; REYNOLDS, 1948-1951, p.15). Bernard Bailyn, por sua vez, ao tratar dos panfletos da época da independência das Treze Colônias, recorda que os escritores de panfletos

foram, com frequência, (...) subestimados como meros divulgadores. Se seus conceitos chave — direitos naturais, a base contratual da sociedade e do governo, a singularidade da constituição mista e preservadora da liberdade da Inglaterra — eram lugares-comuns do pensamento liberal da época, a ênfase neles colocada e o seu uso não o eram (BAILYN, 2003, p.24).

Portanto, o que Long objetivava ao escrever um panfleto? Pode-se argumentar que ele pretendia de fato responder às acusações feitas por Voltaire, e a resposta era curta o suficiente para ser impressa como panfleto. Mas podemos extrair ainda mais dessa escolha. Assim como *History of Jamaica* não era de fato uma tentativa de narrar a história da ilha desde sua colonização, mas sim uma crítica imperial — caso aceitemos a tese de Burnard —, *English Humanity no paradox: Or, an attempt to prove, that the English are not a nation of savages* [1778] não é somente um panfleto que busca provar que os ingleses tinham humanidade. Ao responder os *philosophes*, Long, para além de rebater as acusações, pretendia ridicularizá-los, e, assim, demonstrar a superioridade do pensamento inglês, superioridade essa que justificaria a existência do Império Britânico enquanto tal e sua predominância perante o resto do mundo.

Voltaire, Shakespeare, Educação e Religião

A imagem de uma Inglaterra violenta é presente em uma das obras mais famosas de Voltaire: *Candide ou l'optimisme*. No capítulo XXIII, Candide chega à Inglaterra, onde assiste à execução de um almirante acusado de ter poupado a vida de um almirante francês. A execução fria e violenta do acusado, assim como o contentamento da população aglomerada que assistiu ao ato, foi motivo do espanto de Candide, que, ao argumentar que o oficial acusado era inocente, recebeu como

resposta “Isso é incontestável; mas nesse país é bom matar um almirante de tempos em tempos para encorajar os outros” (AROUET, 1759, p.171-172)³.

Esta não foi a única vez que Voltaire criticou a violência na Inglaterra e dos ingleses, tendo escrito um ensaio sobre o teatro inglês, retomado por Long, que, no rodapé da página 14 de *English humanity no paradox*, cita um fragmento do discurso de Voltaire sobre a tragédia: "The Tragedy of Hamlet is a gross and barbarous piece, and would never be borne by the lowest of the rabble in France or Italy" [A Tragédia de Hamlet é uma bruta e bárbara peça, e nunca teria nascido da mais baixa ralé da França ou Itália] (RITCHIE; SABOR, 2004). Uma das mais longas tragédias escritas por Shakespeare, Hamlet conta a história do príncipe homônimo que decide se vingar de seu tio pelo assassinato de seu pai, o rei, e o consecutivo casamento do regicida com sua mãe. Voltaire, nas notas de Long, concluiu suas considerações sobre a peça ao associar Shakespeare a um selvagem bêbado: “One. Would think the *whole* of it was the product of the imagination of a *drunken Savage*” [Poderiam pensar que o todo foi produto da imaginação de um selvagem bêbado] (LONG, 1778, p.14). Long defende os ingleses com um interessante argumento: a empatia.

Lynn Hunt dedicou um livro a pensar a relação da literatura e o surgimento dos direitos humanos. Ao analisar os romances dos grandes *philosophes* da segunda metade do século XVIII, como *Émile* [1762] de Rousseau, ela compreendeu que um dos motivos para a ascensão dos direitos humanos foi a empatia provocada por esses romances epistolares. O formato de cartas levava o leitor a se identificar e simpatizar com o personagem que narrava os acontecimentos, e essa identificação teria sido essencial para a percepção da necessidade de se pensar os direitos humanos e o apoio a estes. Long parece argumentar de modo semelhante à Hunt: o teatro teria possibilitado aos “rudes ancestrais” ingleses a experiência de sentimentos mais nobres e empáticos. Assistir ao assassinato ou mutilação de um terceiro despertaria emoções com uma eficácia inalcançável pela mais dramática das narrativas. As almas dos espectadores estariam carregadas de sentimentos que variavam da

³ Tradução livre de “– Cela est incontestable, lui répliqua-t-on ; mais dans ce pays-ci il est bon de tuer de temps en temps un amiral pour encourager les autres”.

barbaridade pela violência testemunhada à piedade pelo personagem e a satisfação de presenciar a virtude (HUNT, 2007; LONG, 1778, p.15).

Desse modo, o teatro, possuiria um caráter educativo e moral. A exposição de cenas violentas não era, como teria defendido Voltaire, uma prova da existência da selvageria na nação inglesa, por dois motivos. O primeiro diz respeito ao tempo: Long compreendia que os “rudes” antepassados se interessavam pelas tragédias apresentadas nos palcos graças à realidade na qual estavam inseridos. Os gostos e moralidade evoluiriam conforme o passar dos anos e séculos, o que tornaria acusações como a de Voltaire errôneas e injustas em sua essência. O segundo motivo se concentra no papel educativo do teatro. A violência não seria apenas para o divertimento e ou aversão do público. Ao escrever sobre um livro dedicado aos comentadores de Horácio (LONG, 1778, p.17; FRANCIS, 1778, p.235), Long aproveitou para questionar a relação entre prazer e violência. Horácio, ao exemplificar uma cena na qual uma mãe mata seu filho, teria objetivado deixar claro sua repulsa pelo acontecimento, que seria “muito excruciante para os olhos humanos suportarem”, e utiliza Sanadon para ir além: os esportes também seriam violentos, e assistir aos mesmos “seria prazeroso apenas aos selvagens, que perderam todo senso de humanidade” (LONG, 1778, p.17)⁴. Mas assim como o prazer não seria o objetivo de Horácio com as cenas de violência extrema, o mesmo valeria para o esporte e para o teatro como um todo. Não havia evidência que comprovasse o deleite da violência por parte de pessoas que eram amantes da liberdade e virtude, detestadoras da tirania e vício, e tão simpáticas ao sofrimento humano, fruto de suas misérias. Desse modo, Long parece ter seu argumento composto por um caráter aristotélico, já que suas observações se aproximam da ideia de catarse do filósofo antigo (BRITANNICA, 2018; ARISTÓTELES, 2018, p.89; GILBERT, 1926, p.311; MYERS, 1949, pp.121-124)⁵.

⁴ Os trechos entre parênteses são traduções livres de “as are too excruciating for human eyes to endure” e “can be pleasing only to a *Savage*, (...), who have *lost all sense of humanity*” (sic).

⁵ A catarse foi explicada por Aristóteles como a purificação e a purgação das emoções. Foi utilizada por ele na *Poética* como uma metáfora para descrever os efeitos da tragédia na audiência. O propósito da tragédia era o de despertar “terror e piedade” e, assim, afetar a catarse dessas emoções.

Um dos exemplos mais marcantes para Long, e que comprovaria seu argumento, se encontra na encenação do arquétipo da traição do pensamento político ocidental: o assassinato de César por Brutus e outros senadores romanos. A exposição do cadáver mutilado de César teria sido um “majestoso golpe” de Shakespeare justamente por despertar no espectador emoções fortes e positivas: a sordidez presente na descrição dos acontecimentos, a empatia pela traição e pelo potencial perdido com aquela morte, a satisfação pela queda de um tirano. Voltaire teria pensado na tragédia de Brutus enquanto uma peça que só era justificável por ter sido escrita em uma “Era de Ignorância” e por um “homem que sequer compreendia o latim” (LONG, 1778, p.19)⁶. Seria uma peça baixa demais para ser idealizada e produzida por franceses. Como visto anteriormente, pouco importava para Long que Shakespeare compreendesse ou não o latim. Seu gênio para o teatro e a oratória, e sua capacidade de despertar emoções tão profundas, fariam das peças de Shakespeare mais positivas que negativas e, em maior escala, tornaria a seguinte proposição uma verdade: o erro do inglês é apenas uma forma diferente de acerto.

Antoine Lilti escreveu um livro dedicado a explorar a construção da celebridade no século que vai de 1750 a 1850. O primeiro capítulo é dedicado a explorar a fama de Voltaire, que, em 1778, ano de sua morte e da publicação do panfleto aqui analisado, já estava estabelecida. Conhecê-lo era um componente obrigatório nos roteiros de viagens para a França (fosse destino principal, fosse parada de trajeto), e sua presença era sempre fruto de empolgação e reverência. Mas, assim como na atualidade, a fama tinha seu lado negativo. Lilti narra como Voltaire se sentia exausto com tanta atenção: alvo de falsários e outros indivíduos que viam na imagem dele um excelente exercício de alpinismo social, ele frequentemente comentava sobre sua fama de modo negativo, como quando fala que se sentia um monstro em exposição, ou quando afirma que desejavam sua morte (LILTI, 2017). Para Long, as desventuras vividas pelo idoso Voltaire eram de baixíssima relevância. Um dos maiores gênios da “República das Letras”, Voltaire e suas opiniões errôneas sobre os ingleses seriam fruto da

⁶Tradução livre de “in an *Age of Ignorance*” e “by a man that did not *even understand Latin*”. Os destaques foram feitos pelo próprio autor.

vida sedentária, “hábitos femininos” e elevado senso e importância própria que caracterizaria os “homens de letras” (LONG, 1778, p.13 e p.67). A adulação nas viagens realizadas na Europa e a preferência deles por monarquias absolutas teria cegado os *philosophes* ao real caráter do “povo inglês” e a algo muito mais elementar: a diferença entre os gostos.

Long relembra ao leitor que os gostos não são iguais, o que não é um problema. As tragédias escritas na França poderiam não ser tão palatáveis para o público inglês, e prazerosas como “os rangidos e grunhidos de um porco boquiaberto”, mas isso não os levaria a acusar os franceses de possuírem gostos selvagens. Long propõe uma solução que, em primeira vista, parece simples, e se limita ao respeito às diferenças, aos gostos individuais. É nessa simplicidade que a real ironia se encontra. As soluções óbvias são outro modo de diminuir a validade das críticas realizadas pelo “maior dos *philosophes*” para seus conterrâneos. Mas as obviedades genéricas relacionadas a diferenças culturais não são a única forma encontrada por Long para menosprezar os *philosophes*. Ele se utiliza da religião.

Voltaire era deísta, ou seja, defendia a existência de um Deus racional, que não intervém nas relações humanas e que se encontra oposto às hierarquias criadas pelas instituições religiosas. Era, portanto, crítico da Igreja Católica. Long, entretanto, não se utiliza de seus postulados sobre a religião, mas sim a sociedade na qual estava inserido. Diferentemente da Inglaterra, a França e outros países do oeste europeu eram fortemente influenciados pelas determinações papais da Igreja Católica, resumidas por Long em um único termo, papismo, o grande antagonista dos ideais ingleses pós-ruptura religiosa. Assim como Voltaire e Rousseau se utilizaram de argumentos específicos para generalizar a sociedade inglesa, Long se apropriou da ideia de papismo e as críticas feitas ao catolicismo para contrapor as afirmações feitas pelos dois *philosophes*.

Nas primeiras páginas de *English humanity no paradox*, nomeadas como *Advertisement to the reader*, Long relata um suposto engano ocorrido durante a segunda metade do reinado de James II (r.1685-1688). O engano consistiu na má-interpretação do significado da sigla *S.P.Q.R.*, escrita por

um “inofensivo cavalheiro” denunciado por um “zeloso informante” que, ao ter acesso a um pedaço de papel com essa sigla escrita, pensou ter em suas mãos evidência de uma odiosa traição. A interpretação desse informante, *Salus Populus Quærenda Rebellione* [“A Segurança da População deve ser obtida pela Resistência, alcunha de Rebelião, alcunha de Revolução, a saber, contra a paz de nosso Soberano, sua Coroa e Dignidade”] foi levada a um lorde jacobita, que teria convocado uma junta de padres romanos para um entendimento definitivo. As interpretações absurdas desses padres levaram a calorosos debates, e a situação chegou a seu fim com a explicação do acusado, que jogou uma antiga medalha romana na mesa. “O original deveria falar por si mesmo”, teria afirmado, e o original era, como sabemos, *Senatus Populus Que Romanus*(LONG, 1778, pp. iii-viii)⁷.

Com esse relato, Long pretendeu fundamentar dois argumentos que servem como base argumentativa de todo o panfleto. O primeiro é que a falta de conhecimento do real significado de algum assunto ou evento leva a interpretações errôneas defendidas de modo voraz. A falta de conhecimento do significado de *S.P.Q.R* teria levado a uma pequena querela argumentativa encerrada com o mais simples e objetivo dos argumentos. O segundo argumento, mais voraz, se direciona à tirania católica e suas consequências. A ignorância apresentada pelas personagens do relato e as afirmações errôneas de *philosophes* como Voltaire e Rousseau teriam, nas limitações geradas pela tirania papal, uma raiz comum.

Entre os séculos XVI – XIX, o antipapismo foi parte vital do discurso político no Império Britânico e nos Estados Unidos — quando da Independência — no que se referia à ideia de liberdade. Representava as ânsias políticas e religiosas provocadas pelos acontecimentos do século XVI, em especial a Reforma, e ia contra as leis e ordenações católicas por enxergar nessas corrupções, atitudes pecaminosas, tirania, enfim, o que, desde sua concepção, seria marcado pelo signo do mal. Os eventos da Reforma levaram a acusações contra a Igreja Católica como um todo, representada pelo papa e hierarquias internas, e, principalmente, contra a representação da Igreja na

⁷ O original da tradução de *Salus Populus Quærenda Rebellione*, é “(...) The Safety of the People (...) must be obtained by a Resistance, *alias* Rebellion, *alias* a Revolution; to wit, against the peace of our Liege Sovereign, his Crown and Dignity”.

Inglaterra, reconhecida como inimiga do “Estado”, da propriedade e da liberdade. O antipapismo era, portanto, inimigo da Igreja no exterior e no interior dos domínios ingleses — posteriormente britânicos (HAEFELI, 2020, p. 2-3).

Introduzido o antipapismo, podemos compreender melhor o significado de suas aparições em *English Humanity no paradox*, a começar pelo *advertisement* descrito anteriormente. A ignorância dos padres, afoitos em discutir interpretações que prejudicariam o inglês acusado de traição; o fato do lorde que os convocou ser jacobita; e a ignorância por parte do acusador em uma era na qual as palavras perderiam seu sentido; são fatores que, unidos, demonstram o poder prejudicial de ideias, pessoas e movimentos de alguma forma ligados à hierarquia católica. Ele retoma as críticas a esses grupos na parte final do panfleto, dedicada a vindicar a justiça e liberdade inglesas.

Vimos que, para Long, o erro dos ingleses era, no fim, outra forma de acerto. Agora entenderemos o porquê. Os diferentes costumes e as diferentes maneiras de educar estão no centro da justificativa por serem os reais fatores de diferenciação entre as nações. Os hábitos educacionais que requerem uso da violência não seriam tão frequentes na Inglaterra como no resto da Europa, e a busca por justiça teria normas consideradas por Long mais justas do que as existentes nas nações vizinhas. Em linhas gerais, a Inglaterra não seria uma nação de tiranos pela estrutura jurídica ser menos suscetível a injustiças. Em um breve resumo da história europeia que foi do final do Império Romano do Ocidente ao surgimento das sociedades cavaleirescas, Long percebeu nas práticas culturais uma exaltação da violência e a inadequação de julgamentos por combate, assim como uma tirania com raízes no catolicismo que tornava o processo menos aferível. A veiculação de notícias inglesa é o grande trunfo desse argumento, já que a liberdade de imprensa cultivada pelos ingleses e a acessibilidade desses jornais tornava ao cidadão possível acompanhar e opinar sobre os acontecimentos de sua comunidade. Eles, em síntese, prestavam contas de suas ações e reações. Assim, todos os eventuais atos de torturas, perdões reais e tirania eram vistos de modo negativo

pelos compatriotas, e fortemente desincentivados (LONG, 1778, p. 51-54). Apenas a justiça traria satisfação aos ingleses, fosse no teatro, fosse na vida.

Todas as características negativas, nessa linha argumentativa, seriam importações ou imposições estrangeiras ocorridas em determinados momentos da história inglesa. Os julgamentos cruéis e degradantes seriam característicos de reinos católicos, assim como padres que não possuíam a moralidade em grande estima, juízes suscetíveis a subornos, soberanos alheios aos ideais de justiça que usariam de suas prerrogativas para perdoar acusados... todos os fatores que não seriam parte de um caráter nacional inglês. A superioridade inglesa, portanto, não é explicável pela ausência de erros, mas sim por não renunciar a sua real natureza ao se deixar ser escravizado pelo soberano (LONG, 1778, p. 54-57). Como os *philosophes* faziam parte desse sistema (o apoio ou falta de apoio destes não era relevante), não cabia a eles a crítica de um sistema tão dedicado aos ideais de justiça, liberdade e propriedade quanto o inglês, senão enquanto manifestação de sua ignorância. Foi assim, por fim, que Long vindica a ideia e supremacia do Império Inglês ao responder Voltaire. Veremos adiante como contra-argumentou Rousseau.

Rousseau, cultura e legitimidade imperial

Se Voltaire atacou a ideia de humanidade entre os ingleses por meio do teatro, Rousseau teve como motor a relação entre o consumo de carne e a selvageria. Ele teria afirmado, em uma passagem de *Émile* (1762), que os ingleses seriam bárbaros por serem grandes consumidores de carne. Essa característica os tornaria, na visão do *philosophe*, mais ferozes e cruéis que outros homens, “uma observação que seria verdadeira em todos os tempos e locais” (LONG, 1778, p. 23). Para entendermos melhor a acusação, faz-se necessário entender o consumo de animais como alimento na Inglaterra do século XVIII.

Em *O homem e o mundo natural*, Keith Thomas (2010) abordou as mudanças nas relações entre humanos e animais na Inglaterra durante os três séculos entre 1500 a 1800, e nos traz um dado interessante: a Inglaterra, dentre outros países europeus, era a que mais possuía animais para uso doméstico em plantações e fazendas. O uso do cavalo enquanto animal de tração teria liberado os bois para servir de alimento, e já na metade do século XVIII a dieta inglesa tinha como elemento preponderante a carne – ao menos nas grandes cidades (THOMAS, 2010, p. 32). O rosbife, por fim, virara símbolo nacional. As ligações entre cultura, natureza e alimentação são mais profundas, como explicou Massimo Montanari

De fato, na experiência humana, os valores fundamentais do sistema alimentar não são definidos em termos de «naturalidade», mas como resultado e representação de processos culturais que proporcionam domesticação, transformação e reinterpretação da Natureza⁸ (MONTANARI, 2004, p. IX).

Podemos afirmar, portanto, que a acusação de Rousseau atingira o orgulho nacional inglês, mesmo que grande parte da população inglesa não consumisse carne diariamente, mas não por chamá-los de selvagens. Para além de uma ácida ironia, Rousseau teria atacado com sua acusação as fundações da ideia de império inglês, tendo sido esse o real motivo da resposta de Long, que, ao defender e exaltar tais fundações, aproveita para contrapor suas afirmações sobre a formação da humanidade às do *philosophe* e, assim, demonstrar sua superioridade.

Long dedicou parte do segundo volume de sua *History of Jamaica* a discutir a humanidade dos escravizados africanos. Mas sua preocupação com tais discussões remete à sua juventude, quando de sua chegada na ilha da Jamaica, aos 23 anos, no ano de 1757. Embora tenha partido para a ilha por razões de herança, encontrou na “joia da coroa” um período de grandes oportunidades e de estabilidade. Long criou laços econômicos e políticos com a elite da ilha que possibilitaram sua indicação à posição de chefe de justiça da Vice Admiralty Court em 1760. Mas a realidade próspera

⁸ Tradução livre de “Nell’esperienza umana, infatti, i valori portanti del sistema alimentare non si definiscono in termini di «naturalità» bensì come esito e rappresentazione di processi culturali che prevedono l’addomesticamento, la trasformazione, la reinterpretação della Natura”.

se amarga com a eclosão de revolta liderada por um escravizado nomeado Tacky na segunda de Páscoa de 1760. Essa “guerra local” — tal como denominada por Vincent Brown (2020, p. 11-13) — foi acompanhada simultaneamente por Long em decorrência de seus contatos, e marcou profundamente sua visão sobre os escravizados e sobre a política imperial (LEIGH, 2019, p. 300-302).

Nos anos seguintes à supressão insurreição escrava, Long se dedicou a criar projetos de leis e a defender a escravidão e os plantadores jamaicanos. Ao fazer parte das comissões que investigaram as razões para a revolta, entendeu que o problema estaria não na condição do sujeito enquanto escravizado, mas na sua proveniência. A Costa de Ouro, local de proveniência dos escravizados adquiridos na Jamaica, seria lar dos mais bestiais seres humanos existentes, os *Coromantee*⁹ (LEIGH, 2019, p. 299), considerados por Long enquanto frutos da mais absoluta selvageria e bestialidade. Para ele, a humanidade era um conjunto de raças humanas, que variavam dos brancos europeus aos orangotangos, sendo os primeiros muito mais humanos que os últimos.

Silvia Sebastiani explica que Long resgatou e validou as descrições e teorias de Buffon ao mesmo tempo que se contrapôs a suas conclusões. Buffon teria percebido o orangotango como fisicamente muito similar aos outros seres humanos, e por isso não era a aparência ou forma física que os diferenciariam, mas sim suas *capacidades mentais e intelecto superior* (LONG, 1774, p. 371). A partir dessa linha de raciocínio, Long argumentou que os escravizados não possuíam as qualidades que fazem do indivíduo um humano, em especial a capacidade de criar, de inventar. Eles seriam capazes de imitar algo que lhes foi ensinado, mas não de produzir algo novo e original. Para embasar ainda mais seu argumento, retomou Hume, que teria observado que os habitantes de Quaqua, Angola e Whidah eram inferiores ao resto da humanidade devido a sua incapacidade mental de alcançar grandes realizações (LONG, 1774, p. 369-376). Assim, era a mente, e não o ato, que

⁹Coromantee era um termo guarda-chuva utilizado para escravizados nascidos na África que estivessem na América, e utilizado por Long para definir um “grupo étnico” fruto da criação colonial — ou seja, irreconhecível para as populações que o termo supostamente referenciava.

determinava a humanidade. Long se volta contra os argumentos de Buffon, por fim, ao discutir a validade de suas considerações sobre a aparência física. O naturalista se utilizou da similaridade física enquanto impedimento, argumento inválido para Long: as características físicas não eram exclusividade dos seres humanos, portanto, se é possível encontrar homens incapazes de exercer a fala, seria possível encontrar animais capazes de falar. A característica física deixava de ser impedimento para se tornar parte do debate (SEBASTIANI, 2015, p. 124-127).

Rousseau, entretanto, percebia a humanidade de um modo muito distinto ao de Long. Para o *philosophe* iluminista, o estudo das diversidades humanas levaria à compreensão do que era a humanidade. Para esse fim, defendia a existência de filósofos viajantes, que visitariam essas populações e localidades distantes e produziriam relatos esclarecedores, o que considerava em falta com o excesso de relatos de viagens repletos de mentiras escritos a partir de relatos exagerados de marinheiros, ou da visão enviesada de letrados que direcionariam a escrita dos acontecimentos para fins pessoais, como os missionários. Essa busca para compreender a multiplicidade humana, relacionada às conclusões que chegou em seu discurso sobre a origem da desigualdade, demonstra, de acordo com Sankar Muthu, a posição contra a ideia de império em que se encontrava Rousseau (MUTHU, 2003, p. 31-33; PAGDEN, 2013).

Quando escreveu sobre a existência “pré-cultural” dos seres humanos, Rousseau teria tornado clara sua visão sobre o que fazia do indivíduo um humano. A cultura, costumes e práticas sociais seriam roupagens posteriores que cobririam o núcleo composto pela autopreservação, capacidade de empatia, de piedade, e de outros sentimentos. A civilização, as ciências, artes e tecnologia seriam a corrupção desse homem natural, o nobre selvagem cuja reminiscências eram encontradas nas colônias americanas. Portanto, os orangotangos seriam tão humanos quanto os brancos europeus, sendo a distinção o estado de natureza no qual se encontravam (MUTHU, 2003, p. 33-40).

E é isso que nos leva, enfim, a entender a posição contrária de Rousseau à ideia de Império. Sendo os homens, em última instância, iguais, e com características culturais diferentes em virtude das circunstâncias as quais foram expostos, a ideia de uma população estabelecer domínio sob as outras se tornava inválida. Todos eram iguais, possuidores de qualidades e defeitos, semelhantes e distintos. Logo, imperfeitos. A acusação dos hábitos alimentares ingleses seria, para além de uma ironia em cima de uma prática reconhecida como ligada à selvageria pelos letrados europeus, um lembrete de sua contradição. Como uma população que se orgulhava tanto de possuir uma civilidade superior era tão afetada por práticas tão selvagens?

Long parece levar a acusação a sério enquanto um fato corriqueiro, e realiza algumas considerações. Ao reconhecer que o excesso de consumo de carne é ligado à bestialidade, aproveitou para recordar que parte considerável da população da Inglaterra — não da Grã-Bretanha — não consumia carne, mas sim grãos. No começo do presente tópico foi exposto que a população das grandes cidades consumia mais carne em comparação aos núcleos populacionais interioranos. Keith Thomas retoma a fala de 1608 de um teólogo inglês que expôs uma realidade fundamental ao argumento de Long: “os pobres camponeses” tinham como alimento “queijo duro, leite e raízes” (THOMAS, 2010, p. 34). Que, entre os séculos XVII e XVIII, o rosbife tenha sido o símbolo nacional inglês, não aparece aqui a não ser de uma única maneira, a culpabilização da oposição (LONG, 1778, p. 24-25).

Essa oposição, nunca diretamente esclarecida por Long, seria responsável pelo elevado consumo de carne e pelas práticas selvagens. Dois amigos, um, da dita oposição, e outro, participante de um clube de fazendeiros, do clero e da aristocracia chamado *Antediluvian*, teriam revelado a Long que seus membros consumiram a maior quantidade de carne vista pelo reino nos últimos 100 anos (LONG, 1778, p. 24-25). A população de Londres também não escapava do consumo excessivo de carne e peixe, embora não se pudesse determinar as quantidades exatas. A real questão da carne, para Long, não se encontra em seu simples consumo, mas no modo de preparo. Por ser um país frio e de

culinária refinada, a população era capaz de preparar a carne de diversas maneiras, que, recorda Long a Rousseau, seriam capazes de alterar os efeitos desse alimento no corpo humano (LONG, 1778, p. 26-27).

Para Long, os reais selvagens seriam os africanos, que, devido a seu ínfimo conhecimento culinário, consumiriam a carne crua. O consumo de carne não seria de todo prejudicial, pois evitaria que os ingleses se transformassem em “indivíduos fracos e efeminados”, os “mais simples escravos na Europa”, os Gaures, população asiática — provavelmente indiana — citada por Long ao ironizar os efeitos dos “poderes mágicos dos vegetais” (LONG, 1778, p. 29-30). O problema estaria, como dito anteriormente, no preparo, mas não apenas nele. Como argumentamos na seção anterior, a selvageria para Long era parte dos indivíduos bestiais, e por isso não era o consumo alimentar que definiria a selvageria de uma população.

Ele recorda que algumas populações asiáticas indianas, os hotentotes na África, e os indígenas americanos, eram consumidores de grãos e vegetais, e mesmo assim teriam sido responsáveis por grandes demonstrações da mais absurda crueldade. Locais sem consumo de carne eram mais conhecidos por suas barbaridades que a Inglaterra setecentista e seu rosbife. Assim, Rousseau teria falhado ao argumentar que a selvageria e o consumo de carne eram ligados em todos os lugares e tempos, e, de modo mais elementar, na pesquisa conduzida para realizar a afirmação. Sua incompetência foi, em última instância, sua ruína (LONG, 1778, p. 31-33).

Ao retomar a questão do preparo, Long exalta a terra inglesa e sua capacidade de produzir alimentos da melhor qualidade, e isso, junto de outras características, exigiriam do observador externo análises e conclusões feitas com “sentimentos mais compreensivos”. Long, assim, teria deslegitimado todas as críticas feitas pelo *philosophe* e estabelecer uma ordem de hierarquia para classificaras diversas populações humanas: os costumes, a educação, as leis, a história, e várias outras particularidades serviriam para colocar os ingleses no topo. Os ingleses se tornam um exemplo para o resto da Europa e as outras regiões do globo. As falhas alimentares dos ingleses existiam, mas não

se encontravam no consumo de alimentos sólidos, e nem eram o bastante para deslegitimar a superioridade inglesa. Essas falhas, reconhece Long, estariam traduzidas no consumo de bebidas alcoólicas, e mesmo assim não eram responsabilidade coletiva, mas sim da administração. E a administração poderia, com justiça, ser criticada. A população inglesa, não.

Long finaliza o trecho dedicado a responder Rousseau com mais exaltações às características inglesas. Para ele, diferente das outras nações e reinos, a disciplina teria nascido junto a Inglaterra, quando a Natureza teria plantado na ilha a bétula, gênero de árvores características do hemisfério norte, e reforçada quando da Reforma, com as ferramentas protestantes (LONG, 1778, p. 36-38). A disciplina, a recusa a qualquer ação que pudesse levar à perda de liberdade e à tirania, a educação nacional, a cultura e os modos demonstrariam sozinhos as qualidades superiores dos ingleses, e justificariam seus desejos de expansão imperial e o merecimento da predominância conquistada por eles. Assim como quando contra-argumentou Voltaire, os argumentos de Long contra a afirmação de Rousseau tinham como objetivo argumentar a favor da superioridade do pensamento inglês e a validade de seu império. Mas porque escolher os dois *philosophes*? Em razão de sua celebridade. Voltaire e Rousseau eram portadores, na década de 1770, de uma fama que ia além das fronteiras europeias, de modo positivo e negativo. Respondê-los e, subsequentemente, humilhá-los e inferiorizá-los, era um grande meio que, para Long, serviria para propagar a síntese de sua ideia: era a Inglaterra, e não a França dos *philosophes*, que possuía as qualidades necessárias para um mundo melhor.

Conclusão: o poder de um bom título

Argumentei, no decorrer destas páginas, que Long escreveu *English Humanity No Paradox* para vindicar a ideia de império inglês enquanto retomava ideias caras como a hierarquização das raças humanas e a disputa imperial entre França e Inglaterra. Nos resta, entretanto, um elemento a ser

discutido, que encadeia todos os outros, e que se encontra na síntese do corpo do panfleto, o título. Um título é considerado bom, no meio acadêmico, quando revela a ambição do trabalho em seu corpo. A delimitação temática, espacial e temporal aliada à uma descrição objetiva é útil tanto para o leitor desavisado, que se interessa pela potência do trabalho em suas mãos, quanto para o crítico consciente, que percebe logo na capa que seu imediato objeto de análise foi escrito por alguém que tinha uma ideia clara do que se propôs a publicar. Essa é uma qualidade presente no panfleto de Long.

English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages possui várias camadas. Num primeiro momento, informa ao interessado que o objetivo do texto em suas mãos é contrapor-se à ideia dos ingleses enquanto selvagens. Em uma análise mais atenta, revela a exclusão de outros reinos que compunham o Reino Unido para dar ênfase aos súditos da coroa inglesa. E, por fim, *English Humanity No Paradox* é compreendido enquanto um argumento dupla-face. Antes de dedicar seu tempo à análise, o leitor compreenderia que existe um paradoxo com a ideia de humanidade inglesa, que provavelmente será explicada no decorrer do panfleto. Somente após a leitura que se entende o “*no paradox*” como a afirmação da falta de paradoxo entre práticas culturais inglesas e a posse de humanidade por parte destes, e, mais especificamente, a negação de uma visão estrangeira sobre assuntos nacionais e imperiais.

Do título a última página, Long tratou das qualidades inglesas, e exclusivamente dos ingleses, para se posicionar a favor da predominância de seus compatriotas, contra as percepções negativas do poderio imperial rival, e para propor a sua visão de império, com valores estabelecidos e hábitos louváveis e condenáveis. Não se sabe da recepção desse panfleto, mas é possível afirmar que, em sua lógica própria, é um escrito que possui coerência argumentativa desde a primeira palavra, com o fim último de negar um paradoxo que poderia se metamorfosear em uma barreira que se faria presente na divisa de duas realidades: a que os ingleses, na visão de Long, se encontravam, e a que eles visavam a chegar.

Fontes e bibliografia

1. Fontes

1.1. Fonte documental primária

LONG, Edward. **English Humanity No Paradox**, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages. London : T. Lowndes, 1778.

1.2. Fontes documentais secundárias

AROUNET, François-Marie (VOLTAIRE). **Candide ou l'optimisme**. Genève: Cramer, 1759.

FRANCIS, Philip. **The Epistles and Art of Poetry of Horace**, in Latin and English, with Critical Notes collected from his best Latin and French Commentators. Vol. 4, 8ª ed. London: diverse editors, 1778.

LONG, Edward. **The History of Jamaica or general survey of the Antient State of that island with Reflections of its Situations, Settlements, Inhabitants, Climate, Products, Commerce, Laws, and Government, in three volumes**. London: T. Lowndes, 1774.

2. Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Sobre a arte poética**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

BAILYN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. São Paulo: EDUSC, 2003.

BURNARD, Trevor. **Jamaica in the Age of Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Catharsis. **Encyclopedia Britannica**, 26 Sep. 2018, <https://www.britannica.com/art/catharsis-criticism>. Acessado em 01 maio 2021;

BROWN, Vincent. **Tacky's Revolt: The Story of an Atlantic Slave War**. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2020.

GILBERT, Allan H. The Aristotelian Catharsis. **The Philosophical Review**, v. 35, n. 4, jul. 1926, pp. 301-314.

GOVEIA, Elsa V. **A Study on the historiography of the British West Indies to the end of the nineteenth century.** Washington, D.C.: Howard University Press, 1980 [1956].

HAEFELI, Evan (ed.). **Against Popery: Britain, Empire, and Anti-Catholicism.** Charlottesville: University of Virginia Press, 2020.

HUND, Wulf D., MILLS, Charles W., SEBASTIANI, Silvia (Eds.) **Simianization: Apes, Gender, Class, and Race.** Zürich: LIT Verlag Fresnoth, 2015.

LEIGH, Devin. The origins of a source: Edward Long, Coromantee Slave Revolts and The History of Jamaica. **Slavery & Abolition**, v. 40, n. 2, 2019, pp. 295-320.

LILTI, Antoine. **The invention of celebrity.** Trad. Lynn Jeffres. Cambridge: Polity Press, 2017.

MONTANARI, Massimo. **Il cibo come cultura.** Roma, Editori Laterza, 2004.

MUTHU, Sankar. **Enlightenment Against Empire.** New Jersey: Princeton University Press, 2003.

MYERS, H. A. Aristotle's Study of Tragedy. **Educational Theatre Journal**, v. 1, n. 2, dec. 1949, pp. 115-127.

ORWELL, George e REYNOLDS, Reginald. **British Pamphleteers.** London: Allam Wingate, 1948-1951.

PAGDEN, Anthony. **The Enlightenment and why it still matters.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

RITCHIE, Fiona; SABOR, Peter (eds.). **Shakespeare in the Eighteenth Century.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.